

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL**

**SENTENÇA**

Processo: **1088769-31.2018.8.26.0100**  
Classe: Procedimento Comum Cível  
Autor(es): [REDACTED] Réu(s): **99**  
**Tecnologia Ltda**

*Vistos.*

O autor [REDACTED] pede declaração de nulidade de cláusula contratual e a condenação da ré **99 Tecnologia Ltda.** ao pagamento de R\$36.261,00 a título de reparação por dano material. Alega que em 16/01/2018, enquanto prestava serviço como motorista do aplicativo da ré, atendeu a chamada para corrida e foi vítima de roubo praticado por usuários, anunciado no momento em que chegou ao destino. Pouco tempo depois, soube pela polícia militar que seu veículo fora encontrado colidido, o que resultou em sua perda total, dano que deve ser indenizado pela ré, sendo inválida a cláusula em sentido contrário no contrato de adesão.

A ré contestou alegando ilegitimidade passiva. No mérito, sustenta que não tem como selecionar usuários e adotou a conduta que lhe cabia ao tomar conhecimento do fato, bloqueando o acesso do passageiro ao aplicativo. Não houve conduta sua relacionada ao fato, e não pode responder por problema de segurança pública que base o Estado solucionar, nem pela negligência do autor, que deixou de contratar seguro (fls.111/137).

Réplica a fls.187/204.

*É o relatório.*

**DECIDO.**

Rejeito a alegação preliminar porque o autor imputa à ré responsabilidade pelo dano alegado, em função de incontroverso liame contratual preexistente, o que basta para a caracterização da legitimidade passiva.

Passo a conhecer do pedido porque a questão de mérito trata de direito e de fatos incontroversos ou que se provam por documentos, não havendo

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL**

necessidade de prova técnica ou oral.

A responsabilidade da ré não decorre do Código de Defesa do Consumidor, como imagina o autor, mas do art. 927, p. único, do Código Civil, já que o dano concretizou risco inerente à atividade econômica que desenvolve.

Sabedora da violência que grassa na cidade, ainda assim decidiu a ré aqui atuar no mercado de transporte por aplicativos, aproximando pessoas desconhecidas para realização de viagens a locais potencialmente inseguros.

Ao contrário do que alega, a plataforma tem inúmeras ferramentas que poderiam, senão evitar completamente, ao menos reduzir o risco de crimes praticados por passageiros.

Aceitar somente pagamento via cartão bancário e restringir a atuação dos motoristas a áreas de menor risco são dois exemplos. Ao aceitar pagamentos em dinheiro e enviar motoristas a locais com altos índices de criminalidade, a ré facilita a utilização do aplicativo por usuários mal intencionados.

Por tal motivo, e também com base nos artigos 423 e 424 do Código Civil, não se aplicam ao presente caso as isenções e limitações de responsabilidade previstas em favor da ré no termo adesão aceito pelo autor.

Não convence, por sua vez, a alegação de que o autor teria dado causa ao dano, ao deixar de contratar seguro para seu veículo. O proprietário certamente poderia ter contratado seguro, mas a empresa ré também poderia ter exigido e incentivado tal contratação por seus motoristas. Como não o fez, não pode se eximir de responsabilidade com base em igual omissão do parceiro.

O fato veio suficientemente descrito no boletim de ocorrência de fls.70/74 e o dano está bem demonstrado pelo laudo oficial de fls.85/86, pelas fotos de fls.88/95 e pela vistoria de fls.96/101, que atestou *"estrutura frontal totalmente comprometida; grande monta; longarinas dianteiras danificadas, painel dianteiro danificado, paralamas dianteiro danificado, capô danificado"* (fls.98).

Interessa notar que o veículo não apresentava restrição e estava em

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**QUINTA VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL**

boas condições, conforme documentos de fls.67 e 75/78. Mostra-se adequada, portanto, a pretensão ao recebimento do preço médio Fipe indicado a fls.106.

**DISPOSITIVO.**

Ante o exposto, julgo procedente o pedido e condeno a ré **99 Tecnologia Ltda.** a pagar ao autor [REDACTED] a quantia de R\$36.261,00 (trinta e seis mil, duzentos e sessenta e um reais), atualizada do ajuizamento com base na tabela do TJSP e, a partir da citação, acrescida de juros de mora à taxa legal.

Condeno a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, e de honorários advocatícios que fixo em quinze por cento do valor atualizado da condenação.

Julgo extinto o processo, com resolução de mérito, com base no art. 487, *caput*, I, do Código de Processo Civil. P.R.I.

São Paulo, 06 de maio de 2019

Gustavo Coube de Carvalho  
Juiz de Direito  
[assinatura digital]